



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA

REUNIÃO MISTA

BRASÍLIA / DF, 05 E 06 DE JUNHO DE 2023

1. ABERTURA

A 2ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Atuns e Afins (CPG Atuns e Afins) ocorreu nos dias 05 e 06 de junho de 2023, na forma mista (presencial e videoconferência) realizada na Esplanada dos Ministérios, Bloco D - Sala Deputado Micheletto (1º andar) na cidade de Brasília – DF.

O Coordenador do CPG Atuns e Afins, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, cumprimentou a todos (as) e solicitou que a Secretária Executiva do CPG Atuns e Afins verificasse o quórum para prosseguir a reunião, enquanto informou aos membros participantes as boas práticas para a realização da reunião na modalidade mista. Em seguida, agradeceu a presença dos membros e informou sobre o desafio da realização de reuniões de forma mista em razão das questões relacionadas à internet. Seguidamente, para as boas práticas da reunião mista, orientou que todos os membros respeitem o tempo de fala, tendo dois minutos para a realizar comentários ou perguntas. Para o momento da fala, as instituições presentes deveriam levantar a placa localizada a sua frente e para os membros com participação virtual, levantar a mão (sistema *google meet*) para solicitar a fala. Foi alertado sobre a necessidade de assinar a lista de presença disponibilizada no *chat*, manter o microfone fechado quando não estiver falando e permanecer com a câmera aberta. Em seguida, a Secretária Executiva do CPG Atuns e Afins verificou o quórum, a pedido do Coordenador, que assim aprovou e declarou formalmente aberta a 2ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Atuns e Afins (CPG Atuns e Afins).



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz realizou a abertura, lembrando o discurso apresentado pelo Sr. André Carlos Alves de Paula Filho, Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, e pelo Sr. Expedito Gonçalves Ferreira Netto, Secretário Nacional de Pesca Industrial, destacando a importância dos CPGs para a gestão sustentável e participativa da pesca nacional. Ressaltou que as estruturas e regimentos internos dos Comitês Permanentes de Gestão estão sendo re-avaliadas pela equipe técnica do Ministério da Pesca e Aquicultura, que foi recriado no atual governo, visando uma maior participação social e o estabelecimento dos comitês duradouros, para que os encaminhamentos e as políticas necessárias para o desenvolvimento do setor pesqueiro não percam sua continuidade e os resultados sejam mais visíveis para a sociedade.

Relatou sobre a retomada dos Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros (CPGs), conforme o Decreto nº 10.736, de 29 de junho de 2021, tendo como objetivo a retomada de discussões participativas entre representantes das Administrações Públicas Federais e Estaduais, assim como das Instituições da sociedade envolvidas com a atividade pesqueira, contribuindo para a gestão e garantindo o diálogo entre governo e sociedade civil, dispondo ainda de especialistas, de todas as regiões do Brasil, no Banco Técnico Científico. Destacou o CPG Atuns e Afins, por tratar de recursos pesqueiros importantes para a atividade artesanal e industrial, além da relevância internacional.

Ressaltou ainda, que é no CPG Atuns e Afins que são internalizadas as recomendações realizadas pela Comissão Internacional de Conservação dos Atuns do Atlântico (ICCAT) da qual o Brasil é signatário desde o seu estabelecimento, participando ativamente das atividades realizadas por este fórum. Além disso, apontou o contexto em que se encontra a atividade pesqueira de acordo com o Código de Conduta da Organização das Nações Unidas (ONU) levando em consideração a conservação e gestão eficaz dos recursos aquáticos baseados em pesquisas científicas e no conhecimento empírico dos envolvidos diretamente com a atividade pesqueira.



Em prosseguimento, o Coordenador solicitou a apresentação dos membros, seguindo a ordem da Portaria MPA nº 83, de 1 de junho de 2023, de designação dos membros do CPG Atuns e Afins, e em seguida a apresentação dos convidados pelas Instituições.

2. PARTICIPANTES

Relação dos membros, representantes e convidados que participaram da 2ª Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins, realizada em formato híbrido (presencial e por videoconferência):

- Coordenação CPG Atuns e Afins

Senhor Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador)

- Secretaria-executiva do CPG Atuns e Afins

Senhora Sandra Silvestre de Souza (Secretária Executiva)

Senhora Mariana Lobato (Secretária Adjunta)

Senhora Luana Arruda Sêga (Equipe de apoio)

Senhora Dayane Lopes Sarrazin (Assistente Administrativa)

Senhor Dian Barreto da Cruz (Assistente Administrativa)

- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Senhor Jocemar Tomasino Mendonça (Titular)

Senhora Ormezita Barbosa de Paulo (Suplente)

Senhora Flávia Lucena Frédou (Convidada)

Senhora Elielma Ribeiro Borcem (Convidada)

Senhora Valdimere Ferreira (Convidada)

- Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Senhor Roberto Ribas Gallucci (Convidado)

Senhor Antônio Queiroz Lezama (Convidado)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

Senhor Iran Cardoso Júnior (Titular)

- Estado Maior da Armada Marinha do Brasil (EMA/MB)

Senhor Eduardo Fagundes Neto (Titular)

Senhor Sérgio Santos Dias Carneiro (Suplente)

- Ministério de Portos e Aeroportos (MPA)

Senhor Edigar Júnio da Silva Martins (Titular)

- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

Senhora Cláudia Ramos Zagaglia (Titular)

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Senhora Mônica Brick Peres (Titular)

Senhor Alceu Alves Couto (Convidado)

Senhor Jean Gadea (Convidado)

Senhora Cintia Miyaji (Convidada)

- Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo (SEAG-ES)

Senhor José Alejandro García Prado (Titular)

- Secretaria Executiva da Aquicultura e Pesca do Estado de Santa Catarina (SAQ-SC)

Senhor Tiago Bolan Frigo (Titular)

Senhor Marcelo Nome Silva (Suplente)

- Secretaria de Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará (SPA-CE)

Senhor Oriel Guimarães Nunes Filho (Titular)

Senhor Luiz Vieira de França Neto (Suplente)

- Ministério do Trabalho e Emprego



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhora Lidiane Pires Antoneli (Titular)

Senhor Mauro Costa Cavalcante Filho (Suplente)

- Associação Brasileira de Engenharia de Pesca (ABEP)

Senhora Patrícia Barros Pinheiro (Titular)

- Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA)

Senhor Gustavo, de Albuquerque Maranhão Burle (Titular)

Senhora Laís Belsito Pestana (Suplente)

Senhor Arimar França Filho (convidado)

- Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura (CONEPE)

Senhor Carlos Eduardo Villaça (Titular)

Jonathan Moraes (Suplente)

Senhor Maurício Conceição (Convidado)

Senhor Luiz Gonzaga de Almeida Neto (Convidado)

Senhora Sabrina, de Oliveira (Convidada)

- Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil (FAEP-BR)

Senhor Elizeu Augusto, de Brito (Titular)

Senhor Antônio Diogo (Suplente)

- Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins (FNTTAA)

Senhor Jorge Machado da Silva (Titular)

- Associação Nacional dos Armadores e Proprietários de Embarcações Pesqueiras (PESCA-BR)

Senhor Gabriel Calzavara, de Araújo (Titular)

- Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (SAPERJ)

Senhor Alexandre Guerra Espogeiro (Titular)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

- Sindicato das Indústrias de Frio e Pesca do Estado do Ceará - (SINDIFRIO-CE)

Senhor Paulo Gonçalves (Suplente)

- Sindicato da Indústria de Pesca do Estado do Rio Grande do Norte - (SINDIPESCA-RN)

Senhor Rodrigo Fauze Hazin (Titular)

Senhor Everton Padilha (Suplente)

- Sindicato dos Armadores e Indústrias da Pesca de Itajaí e Região (SINDIPI)

Senhora Luana Mallmann Specht (Titular)

- Associação de Pescadores e Armadores da Pesca do Distrito de Itaipava Espírito Santo (APEDI)

Senhor Ulysses Raposo (Convidado)

- Confederação Nacional dos Sindicato dos Pescadores Artesanais (CONFESPA)

Senhor Tobias Soares da Silva (Convidado)

- Confederação Brasileira Dos Trabalhadores Da Pesca e Aquicultura (CBPA)

Senhor Raimundo Felix (Convidado)

- Grupo Técnico Científico dos Atuns e Afins (GTC)

Senhor Paulo Eurico Pires Ferreira Travassos (Coordenador GTC)

LISTA DE SIGLAS

Com intuito de trazer maior clareza acerca das siglas utilizadas ao longo da reunião se fez necessário a construção da lista de siglas abaixo para maior compreensão dos leitores.

BET	Albacora Bandolin
BTC	Banco Técnico-Científico
CPG	Comitê Permanente de Gestão
CPCs	Partes Contratantes
FUNBio	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
FURG	Universidade Federal de Rio Grande



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

GT	Grupo de Trabalho
GTC	Grupo Técnico-Científico
GUO	Grandes Unidades Oceânicas
ICCAT	Comissão Internacional de Conservação dos Atuns do Atlântico
MEP	Monitoramento Eletrônico da Pesca
NORMAM	Normas da Autoridade Marítima
PREPS	Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite
RAEP	Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira
REAP	Relatório de Exercícios da Atividade Pesqueira
REC	Recomendação
RGP	Registro Geral da Atividade Pesqueira
SCRS	Standing Committee on Research and Statistics
SAP/MAPA	Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SERMOP	Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa
TAC	Total de Captura Permitida
TASK	Tarefa
TR	Termos de Referência
VU	Vulnerável

3. TEMAS APRESENTADOS/DISCUITIDOS

3.1. APROVAÇÃO DA AGENDA

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz apresentou a agenda a ser seguida ao longo dos 2 (dois) dias de reunião e informou que a Agenda Provisória para a 2ª Sessão Ordinária do CPG Atuns e Afins havia sido encaminhada previamente à apreciação e inclusão de pauta, por parte dos membros. Em seguida, submeteu a agenda para aprovação ao Plenário.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Luana Mallmann (SINDIPI) solicitou a inclusão de pauta sobre a captura do Tubarão Azul no estado do Rio Grande do Sul para discussão.

A Sra. Mônica Brick Peres (ICMBio), solicitou a antecipação da apresentação do Projetos Parceiros, para o item 11 (onze) da agenda definitiva.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, solicitou a verificação da possibilidade de alteração das referidas pautas à Secretária Executiva Sra. Sandra Silvestre, a qual informou sobre a impossibilidade da inclusão de novas matérias, no momento da reunião, devido ao regimento interno do CPG. Com relação à antecipação pleiteada pelo ICMBio, o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, após verificação, concedeu a antecipação da pauta.

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) solicitou que a pauta sugerida pelo SINDIPI, pudesse ser apresentada, para conhecimento da questão.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz destacou que com a antecipação da apresentação a ser realizada pelo ICMBio, haveria a possibilidade de colocar o pleito em questão. Em seguida, solicitou à Secretária Executiva, Sra. Sandra Silvestre, que realizasse a alteração da pauta e não havendo mais manifestações, declarou aprovada a agenda definitiva da 2ª Sessão Ordinária do CPG Atuns e Afins.

Posteriormente, passou para a aprovação da Ata da 1ª sessão ordinária do CPG Atuns e Afins, destacando que houveram poucas alterações dos membros.

O Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE) questionou se a referida Ata havia sido anexada juntamente com o convite da reunião. Foi informado que a Ata havia sido enviada anteriormente para os membros que participaram da 1ª Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins, realizada em dezembro de 2022. Não havendo outras manifestações, o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz declarou aprovada a Ata da 1ª Sessão Ordinária do CPG Atuns e Afins.

3.2. APRESENTAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DA



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

PESCA E AQUICULTURA

Dando seguimento à reunião, o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz apresentou o quadro demonstrativo da nova estrutura organizacional do Ministério da Pesca e Aquicultura de acordo com o Decreto nº 11.352, de 1º de janeiro de 2023. Posteriormente, realizou a apresentação da Rede Pesca Brasil detalhando o Decreto que a instituiu e seu Regimento Interno, a saber: o Decreto nº 10.736, de 29 de junho de 2021, e a Portaria SAP/MAPA nº 554, de 21 de janeiro de 2022, respectivamente. Apresentou sobre o Edital de Chamamento Público nº 3, de 23 de fevereiro de 2022, que selecionou as instituições da sociedade envolvidas com a atividade pesqueira para o provimento das vagas dos CPGs para o quadriênio de 2022 a 2026, e informou que as instituições e os órgãos da administração pública foram convidadas pela extinta SAP/MAPA. Também foi apresentado o Edital de Chamamento nº 4, de 28 de março de 2022, que seleciona, em fluxo contínuo, pesquisadores, técnicos e profissionais de notório saber para compor o banco técnico-científico (BTC) da Rede Pesca Brasil, cujos selecionados foram divulgados por meio de Portarias da SAP/MAPA. Os tópicos trabalhados na exposição do Coordenador, contemplaram ainda a composição, convocação, designação, sessões, recomendações, mandato, estrutura de execução dos CPGs, regras para os convidados, participação e demais atribuições da Rede Pesca Brasil.

3.3. GRUPO TÉCNICO CIENTÍFICO ATUNS E AFINS

O Coordenador Sr. Rivetla Édipo Cruz explanou sobre a composição do Grupo Técnico Científico (GTC) podendo ser constituído com até 25 (vinte e cinco) integrantes, sendo composto por integrantes do BTC, tendo o caráter temporário e duração não superior a um ano. Para o Grupo Técnico Científico Atuns e Afins houve um total de 34 (trinta e quatro) inscrições para a temática atuns e afins. O processo de seleção foi realizado por meio de análise em que todos os pesquisadores precisavam compor do Banco Técnico Científico; aderência ao tema, análise documental e uso da ferramenta de pontuação Barema. Após a avaliação, houve um total de 20 (vinte) pesquisadores e técnicos selecionados, sendo eles:



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Categoria Pesquisador: 1- Bruno Leite Mourato; 2- Cezar Augusto Freire Fernandes; 3- Eidi Kikuchi Santos; 4- Flávia Lucena Frédou; 5- Guelson Batista da Silva; 6- Igor da Mata Ribeiro Pimentel de Oliveira; 7- Luís Gustavo Cardoso; 8- Natalia Priscila Alves Bezerra; 9- Nilamon de Oliveira Leite Júnior; 10- Paulo Eurico Pires Ferreira Travassos; 11- Paulo Ricardo Schwingel; 12- Roberto Wahrlich; 13- Rodrigo Sant'Ana; 14- Rômulo Costa Pires Ferreira; 15- Thaiza Maria Rezende da Rocha Barreto; 16- Thierry Frédou e 17-Victor Hugo da Silva Valério.

Categoria Técnico: 1. Cristhian de Mello; 2- José Hamilton Gomes Júnior e 3-Nádia da Vitória Amorim.

Em seguida demonstrou as competências do Grupo de acordo com a Portaria SAP/MAPA nº 1.370, de 06 de dezembro de 2022, que institui o GTC Atuns e Afins para assessoramento do CPG Atuns e Afins. Logo depois, o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz passou a palavra aos membros para elucidação de dúvidas e outras colocações.

O Sr. Alexandre Guerra Espogeyro (SAPERJ) solicitou esclarecimento sobre as propostas para os CPGs serem protocoladas para o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e para o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), conforme mencionado pelo Coordenador.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz esclareceu que a fala tratava-se de solicitações relativas às atividades pesqueiras, porém, externas ao CPGs, e que esta medida é necessária devido a gestão compartilhada entre esses ministérios.

A Sra. Luana Mallmann (SINDIPI) questionou sobre o prosseguimento de forma geral das recomendações feitas durante os CPGs e como seriam realizados os atendimentos destas recomendações.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, declarou que as recomendações possuem prazos para atendimento, sendo internalizadas pelos órgãos responsáveis



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

e que nas reuniões posteriores é informado o status em que se encontram estas recomendações.

A Sra. Cláudia Ramos Zagaglia (IBAMA) relatou que as votações praticadas pelos CPGs criam expectativas quanto às tomadas de decisões, que passarão ainda pelo crivo dos órgãos gestores, portanto, sugeriu que fosse repensada a forma de apreciação das recomendações encaminhadas pelos CPGs. Por fim, realizou apelo aos órgãos da administração pública para que votassem integralmente as recomendações.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, lembrou em sua fala que as disposições relacionadas aos CPGs de forma geral, estão sendo re-avaliadas pela equipe técnica, e que apesar do aspecto levantado sobre as votações, as pautas quando direcionadas aos órgãos públicos levam em consideração aspectos críticos das decisões tomadas pelos CPGs. Além disso, destacou que os CPGs possuem característica de assistência e embasamento às políticas públicas idealizadas pelo Ministério da Pesca e Aquicultura.

O Sr. Gabriel Calzavara de Araújo (PESCA BR), lembrou sobre histórico dos CPGs na busca de consenso das tomadas de decisões, além da necessidade de esgotar as discussões dentro do CPG sobre as recomendações, que servirão para assessorar tanto o MPA quanto o MMA em suas políticas.

O Sr. Jorge Machado da Silva (FNTTAA) falou sobre as dificuldades geradas pela proibição de comercialização interna de espécies de peixes de captura incidental das modalidades de pesca que utilizam como petrecho o espinhel e que são descartadas nas pescarias devido às proibições.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz agradeceu a manifestação do Sr. Jorge Machado da Silva (FNTTAA), dando prosseguimento a reunião, passou à apresentação das devolutivas da 1ª Sessão Ordinária do CPG Atuns e Afins.



3.4. DEVOLUTIVA DAS RECOMENDAÇÕES DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, apresentou as recomendações estabelecidas na 1ª Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins e informou sobre o andamento de cada recomendação. Destacou que houve um grande avanço no desempenho das recomendações e que algumas destas precisarão passar pelo diálogo entre o MPA e o MMA, devido à gestão compartilhada sobre os recursos pesqueiros.

Abaixo foi elaborado o quadro demonstrativo do andamento das recomendações apresentadas.

RECOMENDAÇÃO	RESPONSÁVEL (Nome/ Instituição)	PRAZO PARA ATENDIMENTO	STATUS DAS RECOMENDAÇÕES
REC 1/2022: Criar Grupo de Trabalho no âmbito do CPG Atuns e Afins com objetivo de revisar todas as normas relacionadas aos atuns e afins, com integração institucional (SAP/MAPA, MMA, IBAMA, ICMBio, Setor produtivo).	SAP/MAPA	2º semestre de 2023	Não realizado, pois o prazo é o 2º semestre de 2023.
REC 2/2022: Realizar reunião técnica entre SAP/MAPA, ICMBio, IBAMA e MMA para discutir as normas em vigor e que trazem medidas diferentes para apenas parte da APA de Trindade e Martim Vaz e outros temas pertinentes.	SAP/MAPA e ÓRGÃOS AMBIENTAIS	1º trimestre de 2023	Recomendação encaminhada para SERMOP.
REC 3/2022: Implementar Grupo Técnico para discutir o sistema de cotas de captura para os atuns e afins com objetivo de definir sua distribuição e medidas de ordenamento e monitoramento associadas.	SAP/MAPA	1º trimestre de 2023	Ofício enviado para o Coordenador do GTC.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

<p>REC 4/2022: Disponibilizar ao Coordenador Científico do Grupo Técnico-científico Atuns e Afins os dados do PREPS e Mapa de Bordo.</p>	<p>SAP/MAPA</p>	<p>1º trimestre de 2023</p>	<p>Ofício encaminhado para o ICMBio.</p>
<p>REC 5/2022: Verificar a possibilidade do preenchimento dos Mapas de Bordo Digitais (MAPA) de forma offline e envio/acesso simultâneo à SAP/MAPA, ICMBio e IBAMA.</p>	<p>SAP/MAPA</p>	<p>1º trimestre de 2023</p>	<p>Recomendação encaminhada para SERMOP.</p>
<p>REC 6/2022: Revisar o quantitativo de embarcações de pesca registradas no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira (SISRGP) autorizadas a capturarem atuns e afins.</p>	<p>SAP/MAPA</p>	<p>Ao longo de 2023</p>	<p>Recomendação encaminhada para SERMOP.</p>
<p>REC 7/2022: Demandar ao Grupo Técnico científico Atuns e Afins a avaliação do atual formulário do Mapa de Bordo do cardume associado para aprimoramento.</p>	<p>SAP/MAPA</p>	<p>Janeiro de 2023</p>	<p>Ofício enviado para o Coordenador do GTC.</p>
<p>REC 08/2022: Formalizar documento ao ICMBio para que este considere as avaliações de atuns e afins realizadas pela ICCAT.</p>	<p>CPG Atuns e Afins</p>	<p>1º Trimestre de 2023</p>	<p>Ofício encaminhado para o ICMBio.</p>
<p>REC 09/2022: Realizar na próxima reunião do CPG Atuns e Afins uma apresentação da metodologia dos dados de captura fornecida à Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (ICCAT).</p>	<p>Coordenador Científico do GTC Atuns e Afins</p>	<p>Próxima reunião CPG atuns e afins</p>	<p>Previsto como item 9 da Agenda Definitiva da 2ª Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins.</p>
<p>REC 10/2022: Fechar as frotas de linha de atuns e afins (modalidades 1.1; 1.2; 1.3; 1.4; 1.12; 1.13; 1.15; 1.17; 1.18 da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA no 10, de 10 de</p>	<p>SAP/MAPA</p>	<p>1º Trimestre de 2023</p>	<p>A minuta de Portaria será apresentada no item 14 da Agenda Definitiva da 2ª Reunião Extraordinária do CPG Atuns e Afins.</p>



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

junho de 2011).			
REC 11/2022: Analisar o fomento da produção do bonito listrado na modalidade de vara e isca viva (modalidade 1.13 da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA no 10, de 10 de junho de 2011).	GTC Atuns e Afins	1º Trimestre de 2023	Recomendação encaminhada para o Coordenador do GTC Atuns e Afins.
REC 12/2022: Publicar Portaria estabelecendo as cotas de captura da albacora bandolim, espadarte N/S, albacora branca, mako e agulhão branco e negro e utilizar inicialmente o Mapa de Produção e o Mapa de Bordo como medida de controle.	SAP/MAPA	15 de janeiro de 2023	Realizado Portaria Interministerial MPA/MMA nº 2, de 28 de março de 2023.
REC 13/2022: Participar das reuniões preparatórias da ICCAT	ICMBio, IBAMA e MMA	Sob demanda	Recomendações encaminhadas para os membros do CPG Atuns e Afins representantes do ICMBio, IBAMA e MMA.
REC 14/2022: Encaminhar ao Grupo Técnico científico do CPG Atuns e Afins e aos membros do CPG Atuns e Afins proposta de gestão do Mako apresentada em plenária.	SAP/MAPA	Dezembro de 2022	Realizado. Encaminhado em 16/12/2022
REC 15/2022: Encaminhar planilha de custos de Observadores de Bordo aos membros do CPG Atuns e Afins.	Coordenador do GTC	Dezembro de 2022	Realizado

A Sra. Luana Mallmann (SINDIPI) lembrou que a recomendação 12 (doze) do CPG Atuns e Afins contemplava a inclusão de cotas para as espécies Mako, Agulhão branco e Negro, e que a Portaria Interministerial MPA/MMA nº 2, de 28 de março de 2023, todavia, não incluiu estas espécies.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz informou que em decisão conjunta interministerial, optou-se pela não inclusão destas espécies na Portaria Interministerial MPA/MMA nº 2, de 2023, uma vez que, elas encontram-se proibidas de serem capturadas.

Em seguida, não havendo outras intervenções, foi realizado o intervalo de 10 minutos.

3.5. DEVOLUTIVAS DA 1ª E 2ª REUNIÃO INTERSESSIONAL DO PAINEL 1 DA ICCAT

A Sra. Flávia Lucena Frédou (SERMOP) cumprimentou os presentes e iniciou sua explanação informando que a delegação realizou 2 (duas) reuniões no Painel 1 (um) da ICCAT (Comissão Internacional de Conservação dos Atuns do Atlântico), e que seria realizada uma terceira reunião ainda no mês de junho. As reuniões ocorreram de forma mista (virtual/presencial) com diversas representações do governo brasileiro, de pesquisadores e do setor produtivo pesqueiro. Sobre as reuniões, informou que a primeira e a terceira possuem foco maior na espécie Albacora Bandolim (BET), já a segunda reunião teve como foco a espécie Bonito Listrado (SKJ).

Segundo informou a Sra. Flávia Lucena Frédou (SERMOP), foi realizada uma reunião preparatória entre a delegação brasileira, para discutir as propostas apresentadas à ICCAT pela União Européia, Japão e África do Sul, e a proposta conjunta dos países da América Central. Conforme destacou, a proposta que mais se aproximava aos interesses do Brasil era a proposta conjunta dos países Japão e África do Sul. Em seguida salientou alguns dos impasses encontrados, sendo eles, a dificuldade entre as partes de estabelecer o TAC, os anos a serem considerados para estabelecer os limites de captura e a solicitação por parte das delegações do retorno da Rec. 16-01.

A proposta apresentada pelo Japão trazia medidas extras, considerando TAC de 73.000 toneladas para garantir a manutenção do estoque dentro do quadrante



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

verde do *Plot de Kobe*. De acordo com a Sra. Flávia Lucena Frédou (SERMOP) diversas delegações sinalizaram que poderiam apoiar a flexibilização para um TAC de 73.000 toneladas, incluindo a delegação brasileira. Por conseguinte, ressaltou que a delegação brasileira se posicionou em acordo com a aplicação de redução de 17% da captura média anual de CPCs com histórico de captura entre 3.500 toneladas e 10.000 toneladas.

A Sra. Flávia Lucena Frédou (SERMOP) salientou que o Brasil é um país em desenvolvimento e que uma das pescarias realizadas no país é uma pescaria artesanal, estando respaldada pela Resolução 15-13 da ICCAT, portanto, a delegação brasileira defendeu a manutenção de no mínimo 6.043 toneladas como cota de captura. Desta forma, a delegação brasileira procurou estreitar os laços com as delegações do Japão e da África do Sul, para aprovação da proposta que mais se alinhava aos interesses nacionais. Nesta aproximação, a delegação brasileira propôs a entrada do Brasil como co-autor da proposta atualizada, apresentada durante a plenária, sob código PA1-25B, que trouxe elementos positivos para o país.

Na proposta atualizada, o limite de captura proposto para o Brasil seria de 6.164 toneladas no ano de 2024, chegando a 6.603 toneladas em 2026, além disso, esta proposta indica a redução progressiva da cota de BET dos países do grupo A e B que são os países mais tradicionais e possuem maior limite de captura, representando uma queda de 1% para a União Europeia e uma queda de 3% para os demais países, além da alocação crescente para os países do grupo C com aumento progressivo de 3%.

Conforme explica a Sra. Flávia Lucena Frédou (SERMOP), outros pontos positivos da proposta, para o Brasil, foram o estabelecimento como regra da redistribuição de cotas/limites não utilizados, com bônus de 10% para os países costeiros em desenvolvimento e a possibilidade dos CPCs da categoria C que usarem mais do que 85% de seu limite de captura, demandarem o recebimento da redistribuição do limite remanescente. Outra possibilidade da proposta foi a transferência de até 20% do limite para outro CPC (categorias A, B e C), destacada



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

como interessante para os países que não utilizarem todo limite de captura não receberem redução, pois, a transferência conta como limite utilizado.

A Sra. Flávia Lucena Frédou (SERMOP) relatou que ao final da reunião não houve um documento específico do *Chair* em que fosse possível transcorrer a reunião e discutir sobre o documento. Portanto, foi solicitado a realização de documento para que as delegações pudessem discutir e foi definido que o documento 505 da reunião de novembro de 2022, renomeado para 36, fosse considerado para a próxima reunião. O documento citado conta com as propostas e formas de redistribuição. Espera-se, por conseguinte, que a próxima reunião comece pela reavaliação deste documento.

Como preparativos para a 3ª (terceira) reunião, houve até o momento: a análise e sugestões das alterações da Minuta de recomendação da ICCAT, que substitui a recomendação 21-01 sobre o Programa Plurianual Conservação e Gestão de Tunídeos Tropicais e que foi renomeado como PA1-36. Foi apresentada na devolutiva pela delegação brasileira, após a primeira rodada de sugestões, 3 (três) pontos com recomendações, que versaram sobre o parágrafo 3 bis do referido documento, em que defende-se o uso de 70% do limite de captura na “zona verde”, reconhece-se que este percentual, não deve ser utilizado para outras espécies e reafirma-se o defendido em plenária, que a proposta da União Europeia (UE) não reflete corretamente os direitos brasileiros, considerando-se a recomendação 19-02. Desta forma, está sendo preparada outra proposta conjunta com os países Japão e África do Sul e estão programadas reuniões com os países Estados Unidos da América (EUA), Reino Unido (UK) Costa Rica (CR).

O Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR) manifestou-se durante a apresentação, e solicitou que fossem qualificados pela Sra. Flávia Lucena Frédou (SERMOP) os países dos grupos A, B e C para melhor compreensão.

A Sra. Flávia Lucena Frédou (SERMOP) informou que, os países dos grupos A e B são aqueles que já possuíam cotas, já os do grupo C, são aqueles que não



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

possuíam cotas, porém ao passar do “gatilho” do limite de captura, passaram a ter cota estabelecida e, por fim, os países do grupo D são países, em maioria costeiros, que pescam baixas quantidades de tunídeos e defendem seu direito à pescar até 1000 toneladas.

Dando seguimento, a Sra. Flávia Lucena Frédou (SERMOP) apresentou a análise da 2ª Reunião do Painel 1 da ICAAT, que teve como foco a espécie Bonito Listrado (*Katsuwonus pelamis*). Participaram da reunião o Ministério da Pesca e Aquicultura e o representante da delegação científica, Bruno Mourato. A Delegação brasileira reiterou os elementos da proposta apresentada em 2022 (PA1-503-ENG), a saber: o estoque deve ter uma probabilidade maior que 70% de ocorrer no quadrante verde da matriz de *Kobe* nos próximos 30 anos; deve haver menos de 5% de probabilidade do estoque cair abaixo da biomassa limite (40% BMSY) ao longo dos próximos 30 anos; maximizar os níveis globais de captura a médio (4-10 anos) e longo prazo (15-30 anos); e quaisquer alterações no TAC entre os períodos de gestão devem ser inferiores a 20%. Por fim, a Sra. Flávia Lucena Frédou (SERMOP) definiu como positiva a reunião e com boa avaliação pelos países presentes às sugestões apresentadas pela delegação brasileira.

Após a apresentação, o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz agradeceu e informou que o Ministério da Pesca e Aquicultura já havia realizado esta devolutiva sobre as reuniões realizadas junto à ICCAT. Destacou que a apresentação figurava apenas como informe na agenda definitiva do CPG Atuns e Afins, todavia, ante a manifestação do Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR), o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz passou-lhe a palavra para comentários.

O Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR) parabenizou a Sra. Flávia Lucena Frédou (SERMOP) e questionou sobre a possibilidade de criar um grupo para realizar uma aproximação entre os países costeiros do Atlântico Sul, com a finalidade de discutir novos critérios que não sejam apenas os estoques.



A Sra. Flávia Lucena Frédou (SERMOP) destacou que houve diálogos com países da América do Sul e Central, e que está sendo pensada uma unidade entre alguns países do Atlântico Sul.

Em complemento, o Sr. Paulo Travassos (GTC) destacou que, além do contato com os países em questão, foi incentivada a retomada do Grupo dos Países Costeiros em Desenvolvimento no Hemisfério Sul e ressaltou que as discussões anteriores realizadas pelo grupo culminaram no estabelecimento de uma Resolução junto à ICCAT, que recomenda a utilização de outros critérios para a definição das cotas, que não somente o histórico de captura. De acordo com o Sr. Paulo Travassos (GTC) as resoluções não possuem obrigatoriedade de cumprimento, porém, até os dias atuais, essa resolução não foi levada em conta para distribuição de limites de captura na ICCAT.

Dando seguimento à reunião, o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz passou a palavra ao Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC), para que realizasse a apresentação intitulada Metodologia dos Dados de Captura Fornecida (REC 09/2022) e Estatísticas do País Encaminhadas à ICCAT.

3.6. APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DOS DADOS DE CAPTURA FORNECIDA (REC 09/2022) E DAS ESTATÍSTICAS DO PAÍS ENCAMINHADAS À ICCAT

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC) iniciou a apresentação dando ênfase às responsabilidades do Brasil no envio de dados à ICCAT. Em seguida, detalhou as informações que o país deve reportar a ICCAT, sendo estas informações: o *Task 01 FC*, relativo ao número de embarcações por classe de comprimento, modalidade e bandeira, e o *Task 01 NC* relativo a captura nominal de atuns e afins por região, modalidade de pesca, bandeira e espécie. Já o *Task 02 CE*, relativo à captura e esforço de pesca por área, modalidade de pesca, bandeira, espécie, mês e ano, e o *Task 02 SZ*, referente à distribuição de comprimento de peixes amostrados por área, modalidade de pesca, bandeira, espécie, sexo, mês e ano. Em paralelo, o Sr. Rodrigo



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Sant'Ana (GTC) apresentou outras informações que devem ser reportadas pelo Brasil à ICCAT, sendo elas: dados de marcação e rastreamento de embarcações, dados de captura de aves marinha, dados de captura de tartarugas e dados das fazendas de *bluefin*. Em seguida, o Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC) destacou que estes são os grupos de informações com que trabalham os pesquisadores do GTC para o fornecimento de informações ao governo brasileiro e posterior reporte à ICCAT. Posteriormente, apresentou uma linha do tempo de construção das entregas trimestrais, além da entrega de consolidação completa do ano anterior, que ocorre até o dia 31 de julho de cada ano. Sobre a base de dados de captura total, ressaltou que a construção dos dados é feita por meio da expansão amostral, uma vez que os Mapas de Produção e Mapas de Bordo, comumente utilizados no país, não expressam a totalidade da produção nacional e que a expansão amostral é realizada com as estratificações de região, modalidade de pesca e mês, utilizando a relação entre embarcações registradas e embarcações amostradas por meio do Estimador de Horvitz-Thompson. Assim, é construída a *Task 01 NC*, ou seja, a estimativa da produção total da captura nominal por espécie do Brasil, para determinados períodos no Brasil. Apontou que os principais pressupostos da abordagem metodológica são que o registro de embarcações deve expressar o número total de embarcações operantes, as informações dos Mapas de Bordo e Mapas de Produção devem consolidar os totais produzidos pelas embarcações amostradas em cada mês, e que a produção informada para cada espécie reportada nos Mapas de Bordo e Mapas de Produções devem expressar o total capturado, não podendo haver subinformação. Como impactos observados, destacou a baixa aderência na entrega dos Mapas de Produção, inconsistências frequentes nos dados de produção dos Mapas de Bordo, inconsistências frequentes nos dados de esforço dos Mapas de Bordo, atraso na chegada de informação de Mapas de Bordo, atraso na chegada de informação de Mapas de Produção, dentre outros problemas. Ao fim da apresentação, destacou que as tarefas *Task 2 CE* e *Task 2 SZ*, devem ser entregues em junho deste ano. Todavia, apresentam obstáculos pelas inconsistências dos Mapas de Bordo, como citado



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

anteriormente, e pela falta de programas de observadores de bordo, o que impossibilita o cumprimento das referidas tarefas.

Posteriormente, o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz parabenizou a apresentação feita pelo Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC) e destacou a importância do reporte de dados dos Mapas de Produção e dos Mapas de Bordo, além da necessidade de avanço nos programas de observadores de bordo. Por conseguinte, passou a palavra aos presentes para a realização de perguntas ou esclarecimento de dúvidas.

A Sra. Mônica Bricks (ICMBio) parabenizou a apresentação realizada e reiterou que uma grande quantidade de Mapas de Bordo presentes no ICMBio não estão disponíveis no Ministério da Pesca e Aquicultura. Portanto, além do problema da entrega dos Mapas de Bordo, também há falhas na administração destas informações, o que dificulta a gestão das unidades de conservação. Ressaltou a importância do Projeto Parceiros para o monitoramento e reporte de dados com a utilização de novas tecnologias.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz informou que será solicitado formalmente os dados ao ICMBio, para que os Mapas de Bordo cheguem até o Ministério da Pesca e Aquicultura. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Jorge Machado da Silva (FNTTAA).

O Sr. Jorge Machado da Silva (FNTTAA) explicou que sempre preencheu e entregou os formulários de Mapa de Bordo aos órgãos responsáveis, além disso, destacou que considera os Mapas de Bordo informações imprescindíveis.

Em seguida, o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz passou a palavra ao Sr. Antônio Lezama (MMA) que reiterou a fala da Sra. Mônica Bricks (ICMBio), destacando que o monitoramento por câmeras pode complementar ou até substituir os dados de observadores de bordo em barcos de menor porte, conforme resolução estabelecida pela ICCAT. Posteriormente, passou a palavra ao último inscrito, Sr.



Rodrigo Silveira (AMFRI) que questionou sobre a possibilidade de digitalização e acesso pelos pescadores aos Mapas de Bordo.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz informou que foi lançado o programa de Mapas de Bordo Digital e que será apresentado pela Sra. Flávia Lucena Frédou (SERMOP). Não havendo outras manifestações, foi dado seguimento ao intervalo, com retorno previsto para às 14 horas.

Após o retorno, houve um atraso de 40 minutos para o início da reunião devido a problemas de conexão com a internet. Dando seguimento a reunião, o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz pediu desculpa pelo atraso e passou a palavra à Sra. Flávia Lucena Frédou (SERMOP), para realizar a apresentação intitulada "Informes Acerca de Registro, Monitoramento e Pesquisa".

3.7. INFORMES ACERCA DE REGISTRO, MONITORAMENTO E PESQUISA

A Sra. Flávia Lucena Frédou (SERMOP) deu início a apresentação informando que será dado enfoque nas ações já realizadas pela SERMOP, nas ações que estão em curso e naquelas que a Secretaria deseja implementar ainda no segundo semestre deste ano. Os tópicos apresentados contemplam informações sobre o Probordo, PREPS, Mapa de Bordo e Projetos de Pesquisa, de responsabilidade dos dois departamentos da SERMOP, o Departamento de Registro e Monitoramento e o Departamento de Pesquisa e Estatística.

Com relação ao Mapa de Bordo, a Sra. Flávia Lucena Frédou (SERMOP) apresentou o PesqBrasil - Mapa de Bordo, que se refere à plataforma digital dos Mapas de Bordo. Destacou que foram realizadas as etapas de lançamento e capacitação *online* e agora encontra-se em período de teste. Sobre o período de teste relatou que houve problemas de acesso devido ao ambiente de realização, que serão solucionados com acesso via SOUGOV.BR, quando o sistema estiver disponível. Além disso, destacou que está sendo revisada a Instrução Normativa MPA nº 20, de 2014, que prevê o envio de contribuições do setor envolvido e de pesquisadores com



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

relação às sanções previstas por esta Normativa, para envio à Consultoria Jurídica junto ao MPA e posterior publicação de novo ato normativo. Em referência ao PREPS, destacou a necessidade de revisão do programa, neste sentido, informou que foi realizada a reunião para formação do Grupo de Trabalho - GT PREPS, bem como a indicação dos membros por parte das instituições do MPA, MMA, MB, IBAMA e ICMBio, tendo como objetivo promover a modernização do programa, com relação ao sistema e a normativa. Os próximos passos serão a elaboração e discussão da Minuta de Portaria, com posterior envio à Consultoria Jurídica junto ao MPA e publicação. O início das atividades do GT está previsto para o mês de agosto de 2023. Acerca do Projeto Ecopescatum, a Sra. Flávia Lucena Frédou (SERMOP) apresentou os Eixos I,II,III e IV do Projeto, os quais referem-se respectivamente ao Diagnóstico da Pesca de Atum no Nordeste, aos Observadores de Bordo, ao Monitoramento Remoto e ao Plano de Ação AEGP, sendo que os TRs dos eixos I e II encontram-se publicados, já os dos eixos III e IV ainda estão em revisão. Foi apresentado, ainda, a proposta do Projeto de Longa Duração (PLD MAR), com recorte específico para o CPG Atuns e Afins. Neste âmbito, contextualizou que foram realizados 5 (cinco) projetos, com financiamento do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e MPA, na qual considerando-se a temática, tem-se o PROTUNA. Estes referidos projetos avaliaram 75 estoques, com espécies que possuíam boas informações para avaliação de estoque. Paralelamente houve o Workshop da FAO (Food and Agriculture Organization) para declaração dos dados ao SOFIA (State of World Fisheries and Aquaculture), no qual foram incluídas as avaliações de estoque realizadas pelo Brasil. As espécies de tunídeos que serão acompanhados pelo PLD-MAR são o Bonito Listrado, a Cavala, além de outras espécies dos Atuns e Afins. Por fim, sobre o Probordo foi informado que, apesar de ainda não haver ações em andamento, será estudada a retomada e que este encontra-se no plano de ações apresentado pela Secretaria.

Em complemento, sobre as devolutivas das recomendações, o Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, destacou que a Recomendação 5/2022 da 1ª Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins, fala sobre verificar a possibilidade do preenchimento dos



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Mapas de Bordo Digital de forma *offline* e o envio simultâneo às outras pastas. E questionou a Sra. Flávia Lucena Frédou (SERMOP) se haveria algum informe acerca desta recomendação. A Sra. Flávia Lucena Frédou (SERMOP) informou que esta recomendação está no radar da SERMOP, todavia, ressaltou que o Mapa de Bordo Digital ainda está em período de testes e que se faz necessário o pleno funcionamento do sistema para que esta recomendação possa ser de fato colocada em prática, solicitou ainda a reinclusão desta recomendação para quando o sistema estiver em pleno funcionamento.

Dando seguimento, o Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz passou a palavra aos inscritos, e solicitou atenção ao tempo de fala de 2 (dois) minutos para melhor aproveitamento da reunião.

O Sr. Ulysses Raposo (APEDI) considerou como interessante as colocações com relação à revisão do PREPS e destacou a existência de tecnologias mais em conta de rastreamento e solicitou a consideração por parte dos revisores para que considerem essas tecnologias. Além de solicitar alguma forma de contrapartida por parte do Governo como forma de auxiliar os pescadores na realização destas ações.

O Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR) inicialmente questionou se o GT PREPS encontra-se formado e se possui representantes dos armadores de pesca.

Após, a Sra. Flávia Lucena Frédou (SERMOP) relembrou que o Grupo de Trabalho se trata de um comitê gestor formado com representantes do governo dos órgãos MPA, MMA, MB, IBAMA e ICMBio. O Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR), então, sugeriu a criação de um grupo que tenha a participação de representantes do setor produtivo ou que sejam convidados para que possam informar as situações por que passam com relação ao PREPS. A Sra. Flávia Lucena Frédou (SERMOP) informou que foi tomada nota da solicitação.

A Sra. Mônica Bricks (ICMBio) destacou que vinha sendo discutido com a gestão passada algumas pequenas alterações nos formulários de Mapa de Bordo de embarcações que pescam nas Unidades de Conservação. Solicitou, portanto, a



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

realização de uma discussão para o alinhamento destes ajustes antes da publicação da revisão da norma.

A Sra. Flávia Lucena Frédou (SERMOP) destacou que a primeira versão do Mapa de Bordo Digital foi realizada análoga ao já existente, todavia, pequenos ajustes podem ser realizados no sistema e solicitou o envio pelo ICMBio das sugestões.

O Sr. Paulo Travassos (GTC) parabenizou o MPA pela iniciativa de revisão das ferramentas de monitoramento da pesca, mais especificamente o Probordo que encontra-se suspenso, e que é de extrema importância para reporte de dados à ICCAT. Destacou a importância do PREPS para averiguação de 100% das embarcações que realizaram cruzeiros de pesca, cruzando estes dados com os o Mapa de Bordo de cada. Ressaltou que o Mapa de Bordo Digital é uma ferramenta importante para que os dados cheguem mais rapidamente ao GTC e este possa subsidiar o CPG.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) questionou a possibilidade de inclusão do tubarão - azul na lista de espécies para avaliação de estoque, pois as avaliações de estoque desta espécie sempre trouxeram muita discussão e geralmente a medida de proibição vem sem um diálogo maior.

A Sra. Flávia Lucena Frédou (SERMOP) informou que existe a avaliação de estoque de determinadas espécies e aquelas que serão monitoradas além dos atuns e afins há possibilidade de inclusão de outras espécies para monitoramento, inclusive do tubarão - azul, como forma de subsidiar a ICCAT.

Em complemento, o Sr. Paulo Travassos (GTC) ressaltou a pertinência da avaliação de estoques de forma regional de pequenos tunídeos apresentada pela Sra. Flávia Lucena Frédou (SERMOP). Para o tubarão - azul, mencionou que a ICCAT realiza avaliação dos estoques Norte e Sul de maneira mais abrangente, sendo necessário considerar as pescarias de todos os outros países que também pescam o tubarão - azul no Atlântico Sul. Informou que a ICCAT realizará a avaliação dos estoques do tubarão azul ainda neste mês de julho. No âmbito do GTC, ressaltou a



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

realização de projeções dos índices de abundância padronizados, que são efetivamente apresentados à ICCAT e usados nos modelos de avaliação, portanto, há esta limitação para determinadas espécies.

Corroborando a fala da Sra. Mônica Brick (ICMBio), o Sr. Roberto Gallucci (MMA) destacou a percepção sobre a necessidade de um trabalho integrado entre os Ministérios para poder apoiar as medidas de monitoramento, uma questão central que irá nortear toda a gestão pesqueira. Portanto, afirmou ser fundamental a união de esforços, devido à gestão compartilhada entre MPA e MMA, no sentido de juntar iniciativas, além de verificar normativas em que o MMA possa colaborar para uma maior efetividade para que não sejam duplicados esforços, por exemplo, com relação aos observadores de bordo, destacou que o programa já era discutido entre os Ministérios e que serão identificadas fontes de recurso para apoiar esta iniciativa.

A Sra. Luana Mallmann (SINDIPE) reforçou a solicitação para que o setor produtivo participe das discussões do GT que está revisando o PREPS.

O Sr. Carlos Eduardo (CONEPE) também reforçou a solicitação, ressaltando a diferença de percepção sobre a ferramenta entre o setor privado e o setor público, lembrando que as deficiências dos programas recaem sobre o setor privado.

A Sra. Valdimere Ferreira (SERMOP), para reforçar a questão do GT do PREPS, destacou que no momento encontra-se somente o governo, pois é a estrutura que está amparada pela Instrução Normativa do PREPS para que o GT discuta como irá trabalhar com a sociedade e que há questões urgentes de governo que precisam ser trabalhadas e discutidas, para pensar como trabalhar essas questões com a sociedade. Outro tema apontado sobre a Instrução Normativa relativa aos Mapas de Bordo, destacou que estão sendo solicitadas contribuições apenas para as sanções, pois entende-se que este seja o ponto mais sensível, já os outros pontos citados a ideia seria que não fossem alterados no momento para a não implicação no funcionamento do sistema. Além disso, destacou que a minuta do PREPS será construída por todos os parceiros com a coordenação do MPA.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Ulysses Raposo (APEDI) questionou a possibilidade de ser incluída a frota de Itaipava nos programas de observadores de bordo.

A Sra. Flávia Lucena Frédou (SERMOP) destacou como importante a frota de Itaipava e que deve sim ser incluída, ademais que as questões levantadas serão levadas ao próximo CPG, bem como, trabalhadas em paralelo das discussões.

O Sr. Ulysses Raposo (APEDI) colocou-se à disposição para contribuir no diálogo com os pescadores da região.

O Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR) sugeriu a reflexão da inclusão de um período de transição para as medidas citadas, com relação às sanções, multas, dentre outras.

O coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz informou que a SERMOP tomou nota da solicitação. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Jorge Machado da Silva (FNTTAA) que destacou a utilização do PREPS para condenar os pescadores, através do monitoramento e que este deveria ser utilizado apenas para salvaguarda dos pescadores no mar e não para puni-los.

A Sra. Cláudia Ramos Zagaglia (IBAMA) registrou sobre a questão do PREPS como um instrumento estabelecido pela FAO que visa combater a pesca ilegal, portanto há este compromisso com a organização no reporte destas informações, assim, o PREPS não trata-se apenas de uma ferramenta para salvaguarda humana, mas também de combate à pesca não reportada e não regulamentada.

Posteriormente, o Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR) ressaltou que o rastreamento das embarcações em sua localidade era utilizado antes da obrigatoriedade, portanto, este não seria o problema. Todavia, não há estrutura para o correto recebimento dos dados, sendo responsabilizado o armador de pesca nestas situações.



Dando continuidade à agenda definitiva, passou-se para a apresentação do Projetos Parceiros realizada pelo ICMBio.

3.8. APRESENTAÇÃO DO PROJETO PARCEIROS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

A Sra. Mônica Bricks (ICMBio) informou que foi solicitada a apresentação devido à mudança de fase do referido projeto, que será apresentado em conjunto com os Srs. Jean Gadea e Alceu Alves, que fazem utilização dos instrumentos propostos pelo projeto em seus barcos.

A Sra. Mônica Bricks (ICMBio) deu início a apresentação divulgando os financiadores e principais parceiros do projeto, destacando que após a instalação das câmeras o projeto saiu do papel. Em seguida, informou o cenário em que se encontrava o ICMBio com relação à gestão das Grandes Unidades Oceânicas. O projeto tinha como objetivo inicial testar novas tecnologias que pudessem integrar todas as ferramentas de coleta e análise de dados pesqueiros. O projeto hoje conta com 3 (três) eixos, sendo eles, o monitoramento eletrônico, o sistema integrado de rastreabilidade de origem do pescado e um selo que vem sendo trabalhado em conjunto com o MAPA. O sistema integrado contempla a parte de gestão de cadastro e licença de pescadores, observador virtual e Mapa de Bordo Digital. O monitoramento eletrônico engloba os dados coletados pela câmera que permitem identificar o tamanho dos peixes capturados, registrar os lançamentos, o tipo de petrecho, as espécies descartadas, além de registrar o rastro contínuo da embarcação. Os benefícios citados foram a coleta de dados de forma contínua e automática, expansão da coleta de dados para 100% da frota, cumprimento dos compromissos internacionais, implementação de um sistema verificável de cotas totais, automatização das análises, intercâmbio de informações e desenvolvimento de uma certificação.

O Sr. Jean Gadea agradeceu pelo convite para participação no projeto, e ressaltou a importância do uso da tecnologia para eliminar a lacuna de informações



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

com relação ao pescado. Além disso, complementou que o uso das câmeras tem auxiliado na correção de erros pontuais, o que pode melhorar a sustentabilidade dos recursos.

Por fim, a Sra. Mônica Bricks (ICMBio) apresentou a linha do tempo do projeto desde a liberação do recurso até o momento atual, e informou que o projeto está em busca de expansão de parcerias. Como conclusão destacou que estão avançando nos 3 (três) eixos do projeto e deixou o convite para participação a todos os presentes.

Assim, passou-se às perguntas e comentários, e o Sr. Paulo Travassos iniciou sua fala parabenizando a iniciativa, ressaltando a importância da ferramenta para o monitoramento e gestão pesqueira. Além disso, esclareceu que a ICCAT já vem trabalhando com este tipo de monitoramento e têm discutido um protocolo para o uso de câmeras a bordo, como complemento para a ferramenta do observador de bordo.

Em seguida, a Sra. Flávia Lucena Frêdou (SERMOP) parabenizou a apresentação e informou que a Secretaria tem interesse em trabalhar junto com o projeto, devido a sua importância para a estatística e o monitoramento, portanto é necessário unir forças. Com relação à integração de dados, destacou que o PesqBrasil tem a intenção de realizar esta integração, em médio e longo prazo, porém, esta plataforma ainda está em construção, bem como as outras plataformas que irão integrá-lo.

O Sr. Antônio Queiroz Lezama (MMA) destacou que o uso de câmeras não irá substituir o observador de bordo, porém, que o programa está a 11 (onze) anos em processo de implementação, desta forma, são necessárias outras opções e que o uso da tecnologia não se opõe ao programa de observadores. Além do mais, afirmou que as imagens capturadas podem ser transmitidas em tempo real.

O Sr. Gustavo de Albuquerque (ABIPESCA) parabenizou a realização do projeto e salienta que o setor é o maior interessado em estatística pesqueira, pois com base nelas conseguem otimizar as pescarias. Porém, registrou preocupação com



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

relação à privacidade a bordo e autuação pelos órgãos fiscalizadores com base nas câmeras e, como mencionado, o setor privado é o único que paga com estas autuações. Ademais, preocupa-se com a implementação de legislações cada vez mais específicas que poderiam prejudicar o setor pesqueiro.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) também parabenizou o projeto e informou que o SINDIPESCA RN pretende continuar apoiando o projeto e acredita que as dúvidas e questionamentos levantados pelo setor vem sendo trabalhadas e respondidas, que as tecnologias vieram para ficar, portanto há um processo em construção.

O Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR) somou-se às parabenizações pelo objetivo de buscar a sustentabilidade do recurso de forma integrada. Reforçou que o ambiente de pesquisa está impregnado na pesca oceânica em diversas regiões do Brasil independente da exigência por parte de alguma autoridade. Em seguida, reforçou a necessidade de dar estabilidade jurídica para que não seja desestimulada a participação dos pescadores nas medidas propostas para o monitoramento e acompanhamento. Portanto, ratifica a necessidade de discussão e debate em conjunto, na busca por soluções.

Para encerrar, a Sra. Mônica Bricks (ICMBio) concedeu créditos aos Srs. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) e ao Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR), pois estes ajudaram a idealizar o projeto, além de que esta iniciativa só poderia ser realizada com a frota de espinhel e foi bem-sucedida. Enfatizando o trabalho realçou a necessidade de garantir que as iniciativas sejam para o melhor e não para piorar, que o intuito do projeto sempre foi trazer as demandas para todos os envolvidos com a atividade pesqueira, pois as informações podem servir para diversas instituições. Além disso, relatou que a construção do projeto foi pensada como uma forma de premiar quem faz da forma correta, mais do que punir quem faz errado, e que é necessário cuidado para não punir aqueles que estão mais abertos e transparentes.



Por fim, frisou que com o trabalho em conjunto, foi possível identificar erros cometidos pela tripulação e que pode auxiliá-los nas resoluções de tais problemas.

Posteriormente o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz informou que iria realizar uma pausa de 15 minutos, pois estavam com problemas na conexão com a internet, que iriam ser reparados. Reiterou que a reunião possui um período para inscrição de fala e que não será concedida fala aos integrantes sem a devida inscrição para o bom andamento da reunião.

3.9. PROPOSTA DE MEDIDAS DE CONTROLE E MONITORAMENTO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE COTAS PARA ATUNS E AFINS

Após o retorno, a Sra. Flávia Lucena Frédou (SERMOP) expôs algumas projeções feitas para acompanhar a captura por trimestre utilizando os dados reportados, foram utilizados os dados de limite de captura a partir do ano de 2020 para estabelecer a projeção de captura trimestral. A média projetada possui baixa variação com relação aos anos anteriores, estando relativamente bem distribuída. Com relação ao primeiro trimestre, foi informado que a porcentagem encontra-se menor do que foi reportado nos últimos anos. As previsões para os próximos trimestres servem para acompanhar as capturas e ter um gatilho para o fechamento da safra. A previsão esperada para os próximos trimestres respectivamente é de 1141 t, 1570 t e 1214 t para o último trimestre, considerando o que foi reportado anteriormente para a cota deste ano de 5.441 t. As propostas de controle e monitoramento contemplam um painel de monitoramento em tempo real, com a melhora no fluxo de informação a partir do PesqBrasil - Mapa de Bordo, a elaboração de ato normativo com gatilho para fechamento da safra, vistoria das embarcações, ampliação do monitoramento e apoio à pesquisa. O gatilho proposto estabelece o limite de captura em 85% para fechamento das frotas que tenham BET como alvo ou fauna acompanhante previsível, considerando-se a captura reportada à ICCAT para o primeiro trimestre, as previsões e reportes dos próximos trimestres, além das



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

ferramentas de monitoramento. A princípio não vislumbra-se a possibilidade do estabelecimento de cotas por frotas para este ano.

Dando seguimento, o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz passou a palavra para manifestações dos inscritos.

O Sr. Jorge Machado da Silva (FNTTAA) salientou a importância do PREPS, enquanto ferramenta para auxiliar os pescadores. Ademais, destacou que as informações das pescarias devem ser abertas para as entidades envolvidas com a atividade pesqueira, mas não para o público geral, e reiterou a utilização do PREPS para salvaguarda dos pescadores e não para punição.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) observou que o estabelecimento do que foi adotado para a tainha, de uma porcentagem geral, não dará certo, em sua opinião, pela dinâmica das frotas em questão e que caso a medida prossiga, será o fim da frota de espinhel, que é a frota que mais contribui para o Brasil e que serão premiadas frotas que estão desorganizadas e ainda apresentam muitos problemas. Por fim, propôs a criação de uma lista positiva das embarcações, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias, para o aporte de documentações, com a finalidade de verificação das embarcações e posterior divisão das cotas.

O Sr. Paulo Travasso (GTC) aponta que o Brasil assumiu o compromisso com a ICCAT em 2019, comprometendo-se com a recomendação 19-02, onde foi apresentado o limite de captura para o país de 6043 t para Albacora Bandolim (*Thunnus obesus*), desde então o Brasil tem descumprido o limite estabelecido e caso neste ano de 2023 ocorra novamente o descumprimento, o Comitê de Cumprimento da ICCAT, pode definir para o ano que vem a proibição da pesca desta espécie no Brasil. Destacou que entende que as medidas sugeridas de gestão e monitoramento são um ponto de partida para a discussão, porém, se não houver controle, monitoramento e proibição efetiva de quem está capturando atum sem licença, não valerá de nada.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE) afirmou que a instituição tem clara a importância de ver a estatística histórica junto à ICCAT, e que após a explosão do cardume associado perdeu-se o controle. Em sua opinião as 1500 toneladas deveriam ser garantidas à frota de espinhel, pois, é o que se tem de melhor na pesca e que a gestão pesqueira deveria saber quantas embarcações são operantes, e o restante para o cardume associado, com gatilho para cada frota. Além disso, criticou o arrendamento de embarcações estrangeiras que integram tal frota.

O Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR) defendeu uma posição de seriedade para que a pesca de atuns no Brasil não seja acometida por interposições. Reiterou as medidas positivas mencionadas anteriormente, e a importância da construção em conjunto com o setor pesqueiro das propostas, afirmou que a proposta de Portaria Interministerial MPA/MMA nº 2 de 2023, não irá funcionar, além de acarretar grande prejuízo para frotas prestigiadas no país. Além disso, questionou se o setor privado havia sido consultado sobre a implementação da mencionada Portaria. Por fim, sugeriu que a proposta desta normativa deveria ser descartada, e que deveria ser criado um grupo para apresentação de uma nova proposta em no máximo 20 dias, dando tempo para as discussões.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz esclareceu que a referida Portaria trata-se de uma proposta e que não necessariamente iria ser publicada, mas que estava colocada para discussão com o CPG.

Em seguida, a Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) registrou a intenção em participar das discussões pela possibilidade de fechamento da frota ao atingir o limite estabelecido e, posterior encargo único do órgão fiscalizador, pois em sua opinião a responsabilidade deve ser conjunta, incluindo inclusive o setor pesqueiro. Propôs ainda uma ação conjunta nas unidades da federação para identificar as embarcações que não possuem autorização de pesca e a criação de uma lista com estas embarcações até o mês de agosto deste ano.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Wilson Santos (convidado indicado pelo SINDIPI) expôs que de Albacora Bandolin (*Thunnus obesus*) o percentual exportado era de apenas 20%, questionou se restaria uma grande quantidade de peixes para consumo no mercado interno.

O Sr. Gustavo de Albuquerque (ABIPESCA) ratificou inicialmente a posição de que a normativa proposta é prejudicial para a pesca de atuns de forma geral, reiterou que antes da divisão das cotas, deveria ser realizado o levantamento de quem irá receber as cotas através da já citada “lista positiva”, e ter em vista também a capacidade de produção de cada embarcação.

O Sr. Roberto Gallucci (MMA) somou-se a discussão com relação às cotas, defendendo que frotas que trabalham de forma transparente merecem um tratamento diferenciado, frisou ainda que os procedimentos posteriores ao atingimento do limite de captura deverão ser discutidos, além desta reunião do CPG, e colocou-se a disposição para contribuir.

O Sr. Jorge Machado da Silva (FNTTAA) considerou que devem ser realizadas revisões das medidas de gestão com muito cuidado, buscando preservar a atividade pesqueira, caso contrário a pesca irá acabar. Questionou, ainda, como se dá o escoamento de peixes capturados de forma ilegal, uma vez que os órgãos fiscalizadores são atuantes. Por fim, solicitou que fossem criadas ações conjuntas para capacitar, financiar e dar condições para que os pescadores possam trabalhar e que muitos pescadores e armadores faliram devido às legislações que não foram discutidas com o setor.

O Sr. Mauro Costa Filho (MTE) informou que o Ministério possui coordenações regionais, destinadas à fiscalização do setor aquaviário em que está inserida a pesca, e que efetivamente fiscaliza a pesca, com relação às condições trabalhistas, de segurança e saúde. Todavia, há dificuldade no discernimento com relação a pesca legal e ilegal. Colocou-se à disposição para contribuir em ações



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

conjuntas e reiterou o papel importante do PREPS para a atuação dos órgãos públicos.

O Sr. Ulysses Raposo (APEDI) destacou que a pesca possui uma estrutura familiar e que os pescadores encontram-se, por vezes, marginalizados frente a determinados atos normativos e solicitou que os atos normativos sejam elaborados em conjunto com o setor. Portanto, concluiu que antes de serem realizadas as fiscalizações é necessário pensar na criação de leis que podem ser cumpridas e que não irão incorrer em ações prejudiciais aos pescadores.

Em resposta ao Sr. Wilson Santos (SINDIPI), o Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) considerou que os dados de exportação estão corretos, devido a grande absorção pela indústria nacional do pescado, além da exportação do pescado eviscerado e sem cabeça.

O Sr. Gustavo De Albuquerque (ABIPESCA), em complemento ao citado anteriormente, solicitou um incremento ou a previsão de novas embarcações para operarem nas frotas de espinhel, pois a modalidade foi paralisada por questões pontuais em 2018 sem perspectiva de retorno a normalidade e, em sua opinião, estas frotas deveriam ser fomentadas.

A Sra. Flávia Lucena Frédou (SERMOP) iniciou sua fala agradecendo as contribuições e reiterando a manifestação sobre a Portaria Interministerial MPA/MMA nº 2, de 2023, por tratar-se de uma proposta e que, portanto, não foi tomada nenhuma decisão. Consagrou as propostas de vistoria e recadastramento como ponto de partida para fins de reconhecimento das frotas atuantes. Reiterou a ameaça de proibição da pescaria de atuns no Brasil para o próximo ano, e que esta decisão deverá partir da resolução da ICCAT, além disso a sugestão da normativa em questão seria uma recomendação deste fórum e consta como recomendação da sessão anterior do CPG atuns e afins. Por fim, sugeriu como contraproposta, além das questões de vistorias e monitoramento deste ano, avaliar a possibilidade da criação de um grupo para discussão, todavia, ressaltou que a criação de um GT está se



tornando muito burocrático, portanto, solicitou que o setor se organizasse para o envio de uma proposta, além de acionar o GTC para elaboração de um parecer científico para que as duas propostas possam ser comparadas como auxílio na execução da avaliação e tomada de decisão, com a finalidade de não cair na proibição em novembro deste ano.

Em consideração ao proposto, o Sr. Carlos Eduardo Villaça lembrou a Resolução 22-01 da ICCAT em que consta que deverão as partes indicar o atingimento de 80% das cotas, em vista disto, por coerência deveria ser esta a referência, e destacou a dificuldade de uma proposta em conjunto, devido aos vários setores e interesses que integram o setor pesqueiro, portanto, seria mais favorável, devido à formalidade, a criação de um GT, ou seja chamada uma reunião extraordinária.

O coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz esclareceu que a criação dos GTs, devido a participação de mais de uma instituição federal, deve ser feita por meio de Decreto, portanto, o receio pela demora em realizar a criação do grupo. Ademais recomendou-se a verificação das questões legais para a criação do referido grupo e a indicação das instituições que irão participar.

Não havendo outras manifestações a reunião foi encerrada neste primeiro dia.

SEGUNDO DIA DA REUNIÃO (06/06/2023)

3.10. DISCUSSÃO SOBRE A PROPOSTA DE MINUTA PARA ATENDER A RECOMENDAÇÃO 10/2022: Fechar as frotas de linhas de atuns e afins (modalidades 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.12, 1.13, 1.15, 1.17, 1.18)

Retomando a agenda definitiva, no segundo dia da 2ª Sessão Ordinária do CPG Atuns e Afins, o coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz apontou que os momentos da reunião em que houve maior discussão foram os pontos 11 e 12 da



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

agenda definitiva, relacionados à proposta de medidas de controle e monitoramento para implementação de cotas para os atuns e afins e que a coordenação do CPG já possui algumas recomendações que foram feitas ao decorrer da reunião. Realçou que será dado continuidade a agenda tratando dos tópicos 14 e 15 da agenda definitiva e reiterou as boas práticas para o prosseguimento organizado da reunião.

Sobre a recomendação 10/2022, destacou que foi trabalhada e discutida na 1ª reunião ordinária do CPG Atuns e Afins e que foi trazida da reunião da ICCAT, mais especificamente com relação a cota para captura do Espadarte (*Xiphias Gladius*), que possivelmente irá baixar de 15.000 t para 10.000 t, portanto, o Brasil precisa se antever para não ultrapassar a cota para esta espécie.

Por conseguinte, passou a palavra à Sra. Sandra Silvestre (Secretária Executiva do CPG Atuns e Afins) para realizar a apresentação.

A Sra. Sandra Silvestre (Secretária Executiva do CPG Atuns e Afins), cumprimentou os presentes, informou que irá apresentar a proposta para atender a recomendação 10/2022 sobre o fechamento das frotas de linhas de atuns e afins que correspondem às modalidades 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.12, 1.13, 1.15, 1.17 e 1.18 da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 10, de 10 de junho de 2011. Inicialmente, realçou que diversas modalidades já encontram-se fechadas por normativas específicas ou pela falta de vagas para ingresso de novas embarcações, portanto, o atendimento da recomendação daria-se com o fechamento das modalidades 1.2, 1.3, 1.4 e 1.15. Reiterou que esta foi a recomendação da sessão anterior do CPG e que já deveria ter sido publicada a normativa de fechamento das frotas, todavia, optou-se pela discussão novamente na presente reunião. A Sra. Sandra Silvestre (Secretária Executiva do CPG Atuns e Afins) apresentou a referida minuta, evidenciando sua semelhança com a Portaria SAP/MAPA nº 643, de 24 de março de 2022, que proibiu o ingresso de novas embarcações de pesca nas modalidades de pesca que tenham como alvo as espécies albacora laje (*Thunnus albacares*), albacora bandolim (*Thunnus obesus*) e bonito listrado (*Katsuwonus pelamis*), com relação às substituições, transformações das embarcações de pesca



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

já permissionadas nas modalidades. Acrescentou que o fechamento se dará apenas após a publicação da Portaria, portanto, os requerimentos apresentados anteriormente poderão ser deferidos. Ressaltou ainda que a minuta prevê a conversão entre as modalidades contempladas para as embarcações já permissionadas e entraria em vigor 15 (quinze) dias após a sua publicação.

Após a apresentação, o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz abriu a fala para manifestações dos membros presentes.

O Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE) questionou sobre a dificuldade de levantamento dos dados das embarcações permissionadas nas modalidades 1.17 e 1.18, e sugeriu que fossem disponibilizados os dados, a exemplo do que foi feito com o Pargo, pois em sua opinião os dados não convergem.

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, informou que os apontamentos já haviam sido levantados e que a secretaria havia tomado nota. O Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE) informou que não possui apontamentos sobre a minuta apresentada.

O Sr. Wilson Santos (SINDIPI) sugeriu que sejam retiradas as restrições da modalidade 1.13 para a Região Sul, pois a pesca de *Skipjack* e isca viva são as mais sustentáveis que existem, consideradas assim no mundo inteiro, e destacou que a produção brasileira está em decréscimo, mas o estoque encontra-se na porção verde do *plot de Kobe*, portanto, há condições de aumento de produção, além de ser necessária, devido a proibição de exportação para o continente europeu.

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz reforçou que o ponto colocado pelo Sr Wilson Santos (SINDIPI) trata-se da recomendação 11/2022 da reunião anterior do CPG Atuns e Afins, que já foi internalizada pela coordenação do CPG e enviado para o GTC para avaliação sobre o fomento da pesca de Bonito Listrado (*Katsuwonus pelamis*) e, como apresentado, o estoque encontra-se saudável. Ademais, realçou que com relação à exportação, algumas embarcações não estariam habilitadas, pois, as embarcações que encontram-se na frota de Bonito Listrado



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

(*Katsuwonus pelamis*) precisam estar em consonância e de acordo com Portaria MPA n° 75, de 26 de maio de 2023, desta forma sugere que as embarcações que pretendem exportar para UE se antecipem para estarem adequadas em conformidade com a Portaria citada.

Em concordância com a manifestação do Sr. Wilson Santos (SINDIPI), o Sr. Paulo Travassos (GTC) destacou que o Bonito Listrado (*Katsuwonus pelamis*) é uma das únicas espécies passíveis de aumento de captura, devido a diminuição do esforço de pesca empregado nos últimos anos e a situação do estoque, conforme mencionado anteriormente. Mencionou que já ocorreram discussões sobre o tema em outras reuniões, citando, porém, que faz-se necessária uma avaliação detalhada e controle para que a quantidade de licenças que venham a ser emitidas estejam em consonância com o saldo possível de captura. Além disso, citou como outra possibilidade a espécie Albacora Branca (*Thunnus alalunga*), com a utilização do petrecho de espinhel, todavia, o grande problema é o petrecho utilizado que, ao inverso do Bonito Listrado (*Katsuwonus pelamis*), possui baixa seletividade.

Em seguida, o Sr. Mauro Costa Filho (MTE) indagou com relação à fala do Wilson Santos (SINDIPI) se a exportação citada se daria pelas próprias embarcações que pescam ou seriam outras embarcações e se haveria a informação sobre a arqueação bruta destas embarcações.

Em resposta, o Sr. Wilson Santos (SINDIPI) informou que o grande problema se dá devido a temperatura estabelecida para o transporte do pescado e solicitou se possível o auxílio dos órgãos gestores para dar uma alternativa ao setor para este problema. Sobre a exportação, informou que grande parte é direcionada para a Argentina e vê como potencial a exportação para a Europa, quanto a Arqueação Bruta, solicitou auxílio, pois não possui esta informação.

Em complemento, o Sr. Mauro Costa Filho (MTE) ressaltou que o Brasil é um grande exportador em outros setores que não à pesca, todavia, há falta de frotas de



longo curso para exportação, portanto, sugeriu o desenvolvimento de frotas exportadoras, pois isso geraria divisas para o país.

O Sr. Wilson Santos (SINDIPI) questionou sobre a possibilidade de ingresso na modalidade 1.13, e o Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, reiterou que a modalidade encontra-se fechada e está em avaliação pelo GTC.

Em complemento, o Sr. Paulo Travassos informou que a perspectiva é que seja revertido o impedimento de ingresso na frota citada e acredita que o resultado da análise seja enviado no prazo de 30 (trinta) dias. Outro ponto citado foi a obrigatoriedade perante a ICCAT da presença de observadores de bordo na frota atuneira de forma geral, portanto, apesar de concordar com a alta seletividade da modalidade em questão, é necessária a presença dos observadores de bordo. Em seguida, foi aberta a discussão sobre temáticas relacionadas às normas do Ministério de Trabalho e Emprego para adequação das embarcações, todavia, como a discussão fugiu ao tema proposto, houve manifestações para que ela ocorresse em momento mais oportuno.

Não havendo outras manifestações foi realizado o intervalo de 20 minutos.

Com o retorno após o intervalo, o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz informou que seria incluída para discussão a pauta sobre o tubarão-azul (*Prionace glauca*), trazida pela Sra. Luana Mallmann (SINDIPI).

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, reiterou que a secretaria executiva havia manifestado a impossibilidade de incluir novas pautas fora do prazo estipulado pelo regimento interno do CPG, porém como foi solicitado que a temática pudesse ser apresentada para conhecimento da demanda, ela foi incluída no segundo dia da reunião.

3.11. APRESENTAÇÃO DA PAUTA SOBRE O TUBARÃO AZUL

A Sra. Luana Mallmann (SINDIPI) relatou as dificuldades dos armadores e indústrias do estado de Santa Catarina em exportar as barbatanas dos tubarões



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

capturados no estado do Rio Grande do Sul, os quais solicitaram parecer técnico do IBAMA, que manifestou-se em desacordo à comercialização, devido a esta espécie constar na lista de espécies ameaçadas do estado Rio Grande do Sul e que só poderiam ser capturadas caso houvesse um plano de manejo. A Sra. Luana Mallmann (SINDIPI) realçou que é o caso do Projeto do Tubarão Azul (*Prionace glauca*) e que já existe monitoramento no estado. Ressaltou, ainda, que caso houvesse a proibição não seria possível a comercialização da carne da espécie citada, porém o impasse encontra-se apenas na exportação das barbatanas.

O Sr. Carlos Eduardo Villaça ratificou a fala da Sra. Luana Mallmann (SINDIPI) e destacou que o Tubarão Azul (*Prionace glauca*) está relacionado como ameaçada apenas no Rio Grande do Sul, que as embarcações saem de Santa Catarina e vão pescar no Rio Grande do Sul, geralmente por fora das 200 milhas, e ressaltou que as embarcações estão com as Autorizações de Pesca corretas e que não há impedimentos legais para a comercialização, portanto, haveria uma confusão no parecer emitido pelo IBAMA.

O Sr. Gilberto Sales (MMA) cumprimentou a todos e informou que não esteve presente na reunião do dia anterior por impossibilidade devido a outras agendas. Destacou que está retornando ao CPG Atuns e Afins, do qual integrou o GTC, portanto, acompanha as temáticas há bastante tempo. Realçou a importância do CPG Atuns e Afins que serve de modelo para o manejo de outras pescarias. Sobre a questão do Tubarão Azul (*Prionace glauca*), ressaltou que o estado do Rio Grande do Sul tem a lista de espécies ameaçadas, a qual foi questionada pela União, em que o estado fez uma alternativa com a indústria e com a Universidade que foi a pesca manejada por projeto e, nesta pescaria, é possibilitado o comércio, portanto, não é apenas uma pesca científica. Desta forma, o Tubarão Azul (*Prionace glauca*) pescado no âmbito do projeto é passível de comercialização. Informou que pode ser realizado o diálogo com o estado de Santa Catarina para atualizar sobre a temática tratada, por isso há espaço para diálogo com o IBAMA, porém não retira a complexibilidade da



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

proibição através da lista emitida pelo Rio Grande do Sul e que o caso em questão pode ser usado para solução de problemas parecidos em outros estados.

Em complemento, a Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) esclareceu que houve um protocolo específico da demanda e que houve um equívoco do analista da instituição em colocar como limite as 212 milhas, portanto, a margem segura para captura seria a partir das 200 milhas. Em paralelo, evidenciou que está correndo um processo em que é solicitado uma consulta jurídica que entendeu que é necessário questionar o estado Rio Grande do Sul sobre a possibilidade da pescaria, pois é este o detentor da legislação em questão. Então o processo encontra-se em análise pela área técnica do Rio Grande do Sul para realização de gestão conjunta ao órgão estadual e se concretize o entendimento. Além disso, destacou que as legislações estaduais e federais não utilizam os mesmos conceitos sobre a pesca, o que gera entendimentos divergentes entre os estados. Por fim, sugere que o SINDIPI intensifique uma ação junto ao governo do estado do Rio Grande do Sul, no sentido de apresentar a forma como é pescada a espécie e buscar uma manifestação do estado quanto à legalidade frente à legislação estadual e em paralelo o MMA fará o mesmo.

O Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR) inicialmente saudou a presença do Sr. Gilberto Sales (MMA) por estar à frente da gestão compartilhada da pesca no órgão. Em seguida afirmou surpresa quanto às questões em discussão, relativas à margem segura para a pesca do Tubarão Azul (*Prionace glauca*), ao entendimento do estado do Rio Grande do Sul sobre as espécies passíveis de captura sobrepondo-se ao entendimento da União e, por fim, a utilização de nomenclatura divergente da comunidade científica. Entende que IBAMA executa com maestria a legislação estabelecida, portanto deveria manifestar-se da mesma forma, pois em sua opinião não cabe ao estado legislar sobre uma espécie migradora e em águas internacionais, mas sim a União e a ICCAT.

O Sr. Ulysses Raposo (APEDI), endossando a fala do Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR), opinou que os órgãos gestores elaboram Portarias de proibições que caem no esquecimento e nunca mais são revistas, além disso que a Portaria MMA nº



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

445, de 2014, acabou com a pesca de fundo que caminha para a ilegalidade. Ressaltou que o Cação Anequim foi proibido sem a indicação da ICCAT e que, caso seja feito o mesmo com o Azul, irá acabar com a pesca do espinhel e colocar os pescadores na ilegalidade. Opinou ainda que é preciso respeitar os 3 (três) pilares da sustentabilidade, sendo eles econômico, social e ambiental. Por fim solicitou que os pescadores sejam ouvidos e que sejam feitos estudos mais específicos que não considerem apenas aspectos ambientais.

A Sra. Luana Mallmann (SINDIPI) solicitou a inserção de uma recomendação estabelecendo um prazo para que seja explicado como deve ser realizada a NDF por conta das CITES para poder exportar e não está bem claro como deve ser feito.

O Sr. Giovane solicitou a palavra, porém foi verificado pela secretaria executiva que o convite não foi enviado pela instituição, portanto, o Coordenador Rivetla Edipo Araujo Cruz informou que o regimento interno não permitiria a fala de ouvintes.

O Sr. Roberto Gallucci (MMA) informou que a instituição entende que foi aberta a inclusão do informe sobre o Tubarão Azul (*Prionace glauca*), porém por não se tratar de uma pauta incluída previamente e não havendo a necessária discussão sobre o tópico, não deveria ser apresentada uma recomendação do CPG a temática.

O Coordenador Rivetla Edipo Araujo Cruz informou que a equipe técnica trabalhou nas recomendações que foram discutidas na presente sessão e sugeriu que no momento da leitura os membros que tiverem manifestações, apontem sobre a recomendação de forma propositiva.

Assim, prosseguiu-se para o momento de elaboração das Recomendações, as quais foram:



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

RECOMENDAÇÕES		
RECOMENDAÇÃO	RESPONSÁVEL (Nome/instituição)	PRAZO PARA ATENDIMENTO
REC 1/2023: Criar fórum de discussão para ouvir o setor produtivo acerca do PREPS e sua reformulação	MPA/MB/IBAMA/MMA/ICM Bio	2º semestre de 2023
REC 2/2023: MPA convidar o MMA e autarquias para rediscutir as medidas associadas ao Mapa de Bordo de atuns e afins	MPA	Junho de 2023
REC 3/2023: ICMBio reenviar Mapas de Bordo oficialmente	ICMBio	30/06/2023
REC 4/2023: Enviar ao GTC solicitação de avaliação dos Mapas de Bordo de todas as modalidades afetadas aos atuns e afins, com detalhamento dos ajustes necessários	MPA	Agosto de 2023
REC 5/2023: Enviar contribuições para revisão da Instrução Normativa MPA nº 20, de 2014 (Mapa de Bordo) em relação às sanções	Membros da sociedade envolvida com a atividade pesqueira do CPG Atuns e Afins	16/06/2023
REC 6/2023: MPA publicar a lista de RAEPs válidas por modalidades de pesca de Atuns e Afins para posterior chamamento e comprovação de “atividade” e consolidação em Lista Positiva, visando a construção de um processo de vistoria e cadastramento das embarcações	MPA	Em análise
REC 7/2023: Elaborar uma lista das embarcações aptas à pesca de atuns e afins, através da análise das RAEPs válidas e/ou amparadas pela Portaria de prorrogação, e publicizar, visando a construção de um	MPA	30/06/2023



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

processo de vistoria e recadastramento das embarcações		
REC8/2023: Recadastrar/Vistoriar toda a frota de atuns e afins	MPA	2º semestre de 2023
REC 9/2023: Consultar GTC acerca da proposta de controle e monitoramento das cotas de atuns e afins (BET) avaliando as considerações apresentadas pelos membros do CPG atuns e afins e apresentar proposta na reunião extraordinária do CPG	MPA/MMA	10/07/2023
REC 10/2023: MPA avaliar a pertinência de convidar o MTE e MB para participar da vistoria das embarcações de pesca de atuns e afins	MPA	Julho de 2023

4. DEFINIÇÃO DO CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO CPG ATUNS E AFINS

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, informou que a 3ª Sessão Ordinária do CPG Atuns e Afins está prevista para os dias 04 e 05 de outubro de 2023 para acontecer no estado do Rio Grande do Norte. Além disso, no dia 10 de julho de 2023, ocorrerá a reunião extraordinária do CPG Atuns e Afins.

Não havendo outros assuntos e manifestações e antes do encerramento formal da sessão, o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz convidou todos os presentes do auditório e em videoconferência para o registro fotográfico da reunião.

5. ENCERRAMENTO

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz agradeceu a presença de todos, destacando a importância do debate. Em seguida, declarou encerrada a 2ª Sessão Ordinária do CPG Atuns e Afins, desejando uma boa noite aos participantes.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA